

Não podemos concordar com os Pedágios!

Segundo dados da Associação Nacional de Transportes de Cargas, em 2001, o Brasil tinha mais pedágio que os Estados Unidos, país com a maior malha rodoviária do planeta. No Brasil, mais de 6% das rodovias asfaltadas são pedagiadas, contra 2% da média mundial.

No Brasil rodovias estão sendo duplicadas com dinheiro público e, depois de prontas, são concedidas às empresas privadas e multinacionais, que lucram mais uma vez em cima do povo, lembrando que a BR-101 se quer foi concluída. Estas empresas estão recebendo de presente rodovias novas e duplicadas para explorar a população. Não há negócio mais lucrativo do que este! Não podemos aceitar mais esta exploração nas costas da sociedade brasileira, para atender somente os interesses financeiros das concessionárias ligadas ao FMI, Banco Mundial e governos privatistas. Mais um custo a onerar a classe trabalhadora, pois os valores de pedágios dos caminhões e ônibus serão repassados nos preços dos alimentos, passagens e de mais produtos e serviços.

A população de Palhoça, os catarinenses e os demais estados brasileiros não devem pagar pedágios, pois já pagam impostos para usar as rodovias (IPVA, CIDE e outros). A CIDE inclusive foi criada para manter as rodovias e é cobrada na gasolina, álcool, diesel, querosene, gás de cozinha e gás natural, desde o governo Fernando Henrique Cardoso até o atual de Lula. Questionamos: onde está sendo investido este dinheiro? Se já pagamos estes impostos, porque pagar pedágios? Precisamos lembrar que não podemos misturar a falta de manutenção, com entrega do patrimônio.

Além disso, na contramão da lógica mundial, no Brasil as rodovias privatizadas são aquelas duplicadas, após vultosos investimentos públicos, bastando aos beneficiários da concessão apenas à manutenção e/ou investimentos. **Na maioria dos países desenvolvidos que adotaram o sistema de concessão, as rodovias privatizadas são aquelas construídas por grandes empresas com investimentos privados e, que, após alguns anos são entregues ao Governo** em pequenos trechos da malha concedida. Em SC, as duas rodovias federais privatizadas são a BR 116 e o trecho norte da BR 101 (de Curitiba a Palhoça.). São 537 km, com três praças de pedágio na BR 116 (Monte Castelo, Santa Cecília e Correia Pinto) e quatro na BR 101: Garuva, Araquari, Porto Belo e

Palhoça. As concessões são por 25 anos e, além de financiadas pelo BNDS (que é banco público), as empresas terão a garantia de 8,95% de Taxa Interna de Retorno.

Isso significa que mesmo financiadas com recursos públicos os investidores, “recebem do governo a garantia dos investimentos”. Ou seja, levam o bônus, deixando, além dos investimentos, também os possíveis ônus para o povo brasileiro pagar. Quanto aos empréstimos para a construção e/ou duplicação das rodovias nacionais.. Esses empréstimos vão ser pagos com os impostos do povo brasileiro. Sendo estes pedágios, nada modestos, deverão recolher diariamente grandes volumes de recursos. Para manter a coerência do seu discurso e o compromisso com o povo que o reelegeu, o presidente Lula deve imediatamente revogar o acordo de Leilão das rodovias do governo Fernando Henrique Cardoso, bem como da instalação das Praças de Pedágio na BR 101 e 116 em Santa Catarina. (...) Pois os usuários das rodovias, já pagam vários impostos, inclusive um destinado especificamente para a manutenção e ampliação das rodovias no país.

Sendo um imposto instituído pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2001 (Lei 10.336). Por esta Lei, a CIDE incide sobre a importação e a comercialização de gasolina, querosene de aviação e outros querosenes, óleos combustíveis, gás liquefeito de petróleo (o gás de cozinha), inclusive o derivado de gás natural e de nafta, e álcool etílico combustível. **Chega de exploração – Pelo fim dos pedágios - Presidente Lula: revogue as concessões de pedágio no Brasil já!**

Por que pagar duas vezes?

Declaração de ilegalidade foi confirmada pelo próprio presidente da empresa OHL, Juan Miguel Villa Mir, numa declaração ao jornal El País, da Espanha, onde fica a sede da empresa, administradora dos pedágios, destacando a bondade do negócio extremamente lucrativo no Brasil. “O bom é que as rodovias **nos foram presenteadas**. Não há um pagamento inicial, somente um compromisso de investir 1,6 bilhões de reais para melhorias em troca da arrecadação com os pedágios” (Jornal El País, da Espanha - 17/02/08). A OHL vai controlar estradas federais em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, com uma média diária prevista de 1,5 milhões de veículos circulando por suas praças de pedágios. **(Fonte Jornal El País, da Espanha).** -

Mario Antonio da Silva
Membro da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais)